

Franklin Martins

■ DE BRASÍLIA



O asfalto acabou

De algumas semanas para cá, virou moda entre os líderes governistas falar na pasmaceira do Congresso. De acordo com essa visão, deputados e senadores, depois de um primeiro semestre operoso e produtivo, teriam voltado à velha vidinha de sempre, estando a empurrar com a barriga a pauta repleta de questões importantes. Os exemplos desse comportamento seriam muitos: o Senado ainda não votou em segundo turno as emendas que quebram os monopólios das telecomunicações e do petróleo, a reforma tributária está empacada na Câmara, e há corpo mole na poderosa Comissão de Constituição e Justiça da Câmara em relação à reforma administrativa — para não se falar nas mudanças da Previdência.

É bom que o presidente Fernando Henrique Cardoso não leve essa tese muito a sério. Pois, o Congresso está vivendo um bom momento — tão bom ou melhor do que aquele que experimentou no primeiro semestre, e que lhe valeu tantos elogios. Os plenários das duas casas têm estado cheios, com quorum suficiente para votar qualquer matéria. As leis eleitoral e partidária, que dependiam única e exclusivamente do Legislativo, foram aprovadas. Projetos relevantes, como o que põe freio aos gastos excessivos e injustificados do Sebrae, estão em tramitação acelerada. Até uma emenda constitucional de iniciativa do Legislativo está prestes a ser aprovada: a que termina com a estapafúrdia proibição de contratação de sábios estrangeiros para nossas universidades. O saldo não é tão mal assim para dois meses de trabalho. Se de algo podem ser acusados os plenários das duas Casas é de rapidez demais ao votar, não de lentidão. Essa, pelo menos, foi a sensação que deixou a apreciação em regime de urgência urgentíssima do projeto de lei que batizou com o nome de Ingo Hering, patriarca de uma malharia de Santa Catarina, um trecho de uma rodovia federal naquele estado. Urgência, por quê? Urgentíssima, ainda por cima?

Por seu lado, as comissões técnicas também têm fervilhado de atividade, debatendo projetos, promovendo seminários, e convocando ministros e autoridades. Deputados de origens e posições tão diversas como o Roberto Brant (PSDB-MG), Francisco Dornelles (PPB-RJ), Milton Temer (PT-RJ) e Mi-

ro Teixeira (PDT-RJ) são unânimes em ressaltar a intensa produção das comissões no momento. Se elas podem ser acusadas de algo, não é de trabalhar pouco, mas de trabalhar sem a necessária coordenação entre si — como tem constatado na pele o ministro da Fazenda, Pedro Malan, que, ultimamente, dia sim, dia não, comparece a uma comissão qualquer do Legislativo para prestar depoimentos.

Onde está a pasmaceira, então? Dizem que no fato de o Congresso não estar apreciando com a mesma celeridade do primeiro semestre as emendas constitucionais encaminhadas pelo Governo. Mas, também nesse caso, a acusação é injusta. Em primeiro lugar, porque foi o Palácio do Planalto quem tardou em enviar ao Congresso as propostas, demorando mais ainda para deixar claro suas prioridades. Só em meados de setembro, soube-se que elas são a prorrogação do Fundo Social de Emergência e a aprovação da reforma administrativa.

Em segundo lugar, a natureza das emendas em discussão hoje é bastante diversa das que estiveram na pauta no primeiro semestre. Antes, bastava ser contra ou a favor da quebra dos monopólios. Não havia campo para posições intermediárias. Afinal, não há meio monopólio, como não existe meia gravidez. Agora, no entanto, é diferente. Um exemplo: pode-se ser a favor do fim da estabilidade para todo o funcionalismo, só para algumas de suas carreiras, ou ainda apenas para os que ingressarem no serviço público daqui para a frente. O terreno de negociação, portanto, é maior, como maior também é o tempo necessário para o amadurecimento da discussão e a clara formação de maiorias e minorias.

Bons motoristas não dirigem com a mesma velocidade em autopistas e em estradas de terra esburacadas. Nas primeiras, pisam fundo no acelerador. Nas outras, porém, viajam com prudência. Se não, acaba-se com o carro quebrado na beira da estrada, comendo poeira dos outros. Da mesma forma, parlamentares experientes como Fernando Henrique, sabem que, no Congresso, asfalto liso que nem tapete, como o da votação da Ordem Econômica, é uma raridade. O normal é a buroqueira e não adianta ter pressa. Ainda bem! Afinal, da diversidade se faz a sociedade e do contraditório se faz o Congresso.